

Nota Breve 01.07.2026

Portugal – Saldo orçamental em terreno negativo até maio (contabilidade pública)**Resumo**

- **Em contabilidade pública, o saldo orçamental das Administrações Públicas deteriorou-se para -1.4% do PIB no acumulado do ano até maio¹**, o que compara com o excedente de 0.5% registado em igual período de 2025, na mesma ótica. Esta deterioração do saldo orçamental é resultado de um aumento claramente superior da despesa face ao incremento da receita.
- Por sua vez, **os dados da contabilidade nacional revelaram um défice de 0.7% do PIB no 1T**, o que já não acontecia num 1T desde 2022. O crescimento da receita ficou abaixo da despesa (6.0% e 7.9% homólogo, respetivamente).

Avaliação

- **Os dados consolidados da execução orçamental (na ótica de caixa) revelam um défice orçamental equivalente a 1.4% do PIB no acumulado dos primeiros 5 meses** (ou seja, -1,762 milhões de euros), o que compara com um saldo positivo de 0.5% em igual período de 2025 (o equivalente a 638 milhões de euros). Este comportamento deriva do crescimento da despesa claramente superior ao da receita (9.7% e 4.4% homólogo, respetivamente).
- **O crescimento de 4.4% da receita resulta, em larga medida, da receita fiscal e contributiva.** Mais concretamente, do aumento homólogo de 2,001 milhões de euros, mais de 80% é explicado pela receita fiscal (principalmente impostos indiretos) e contributiva. Neste âmbito, os principais destaques vão, no caso do Estado, para a execução da receita de IVA (+4.8%, cerca de +502 milhões de euros face ao período homólogo) e, no caso da Administração Local, para o IMI (+166.5%, o equivalente a +135 milhões de euros). É ainda de destacar que o Estado efetuou mais reembolsos até maio de 2026 face ao período homólogo (+722 milhões de euros), nomeadamente no caso do IRS (+341 milhões de euros).
- **As aquisições de bens & serviços, as transferências correntes e o investimento são responsáveis por praticamente todo o aumento homólogo da despesa pública até maio.** A despesa pública aumentou 9.7% (ou seja, cerca de 4,400 milhões de euros), destacando-se a aquisição de bens & serviços, as transferências correntes e o investimento, que, no conjunto, explicam mais de 80% do aumento homólogo da despesa. No primeiro caso, o aumento de 1,538 milhões de euros é justificado pelo pagamento de dívidas vencidas do SNS e pagamentos de participações a beneficiários da ADSE; a Entidade Orçamental detalha que, sem estes efeitos, a aquisição de bens e serviços teria aumentado 5% em vez dos 24.6% observados. No caso das transferências correntes, o aumento (+1,112 milhões de euros) é explicado pelas pensões (quer pela atualização anual inscrita no OGE 2026, quer pelo aumento de 0.5% do número de pensionistas). Por fim, relativamente ao investimento (+907 milhões) concorrem vários fatores: destacam-se, de acordo com o referido pela Entidade Orçamental, os investimentos na habitação e reabilitação no sector da Administração Local, a compra de material circulante pela CP e a execução de investimentos no âmbito do PRR.
- **Os dados da contabilidade nacional para o 1T 2026** (divulgados a 24 de junho pelo INE) **revelaram o primeiro défice orçamental num 1T desde 2022.** De facto, o défice de 0.7% do PIB (face a 0% no 1T 2025) resultou de um crescimento superior da despesa; mais concretamente, os 7.9% de crescimento homólogo (ou 2,201 milhões de euros) é explicado, por esta ordem, pelo comportamento das prestações sociais, despesas com pessoal, investimento e outra despesa corrente (quase 80% do aumento homólogo da despesa pública). Perante isto, a despesa corrente primária registou um aumento homólogo de 6.7%, atingindo 34.8% do PIB, o rácio mais elevado num 1T desde 2022. Por sua vez, a receita aumentou 6.0% (+1,682 milhões de euros), destacando-se a receita fiscal e contributiva (especialmente impostos sobre a

¹ De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2026.

produção e importação e contribuições sociais), que explica cerca de 67% do aumento homólogo da receita no 1T. Ao mesmo tempo, destaque para o crescimento da receita de capital (+29% homólogo, 187 milhões de euros), justificado pelos fundos relativos ao PRR.

- **Ainda é cedo para concluir mais pormenorizadamente quanto à execução orçamental do conjunto do ano, mas os recentes défices revelados por ambas as óticas alinham-se com a nossa perspetiva mais pessimista para 2026.** De facto, os eventos do início do ano (nomeadamente as tempestades e o conflito no Médio Oriente) trouxeram obstáculos acrescidos à execução orçamental de 2026 (já inicialmente desafiante perante, por exemplo, os empréstimos associados ao PRR, as medidas fiscais e as exigências decorrentes do compromisso com a NATO). Mantemos, neste momento, a expectativa de que o saldo orçamental registre um ligeiro défice este ano, em torno de 0.2% do PIB, sendo os riscos aparentemente enviesados em sentido desfavorável.

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

(Dados acumulados até maio de cada ano; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

<i>janeiro-maio</i>	2019	2024	2025	2026	Var. 2026 vs 2019	Taxa variação média 2019-2025 (%)*	Taxa variação 2025-2026 (%)
Receitas	36.0	33.9	35.9	37.5	1.5	7.8	4.4
Receita Fiscal	19.2	17.6	18.9	19.4	0.3	6.9	3.0
Contribuições Seg.Social	9.6	10.1	10.3	11.1	1.4	9.1	7.1
Despesas	36.7	36.0	35.4	38.9	2.2	5.9	9.7
Despesas com pessoal	8.6	8.4	8.6	9.2	0.5	7.1	6.2
Transferências Correntes	15.8	16.4	15.9	16.8	1.0	7.0	5.5
Aquisição Bens e Serviços	5.1	5.0	4.9	6.1	0.9	3.1	24.6
Juros	4.1	2.5	2.3	2.3	-1.8	-0.6	0.8
Investimento	1.8	1.9	2.0	2.7	1.0	6.5	34.9
Saldo Orçamental	-0.7	-2.1	0.5	-1.4	-0.6	-	-

Nota (*): exclui 2020-2022, anos afetados pela pandemia. Para 2023, receita ajustada da transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA. Fonte: BPI Research, com base nos dados da EO.

Banco BPI, SA - 2026

Vânia Duarte

e-mail: vania.patricia.duarte@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (DF-EEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.